

Relatório vai propor mudanças

O relatório final da Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI do Orçamento vai propor mudanças no sistema de liberação de verbas da União para entidades assistenciais, culturais e educacionais. Para tentar acabar com as falcatruas, a subcomissão vai sugerir medidas para tornar a preparação do Orçamento mais "transparente e democrática", segundo seu coordenador, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

A idéia é introduzir na legislação mecanismos institucionais pelos quais a sociedade possa participar da decisão sobre a destinação das subvenções sociais. "A comunidade é quem deve decidir quais são as entidades que, pelo seu trabalho ou seriedade, devem receber recursos do Governo Federal", argumenta Garibaldi. Uma das propostas em estudo, inspirada no modelo de prepara-

ção do orçamento municipal de Porto Alegre, adotado na gestão do ex-prefeito Olívio Dutra (PT), é criar conselhos municipais de assistência social, que passariam a ser responsáveis pela aprovação da liberação das subvenções sociais e pela fiscalização da sua aplicação.

A CPI está convencida de que o atual sistema de aprovação e liberação de verbas é uma das causas das fraudes generalizadas no uso das subvenções sociais. Ele permitiu a criação de entidades de fachada, apelidadas de "pilantrópicas", que servem apenas para desviar recursos. As irregularidades verificadas pela CPI são tão grandes que o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) já se declarou convencido da necessidade de extinguir todas as subvenções sociais.